

3o. PROGNÓSTICO AGRÍCOLA DA SAFRA 1990/91 amendoim, batata, cebola, feijão da seca e tomate

Alfredo de Almeida Bessa Júnior, Antonio Ambrósio Amaro, Hiroshige Okawa, José Venâncio de Resende, Lídia Hathue Ueno, Luiz Carlos Miranda, Luiz Moricochi, Malímiria Norico Otani, Marisa Zeferino Barbosa, Marli Dias Mascarenhas, Nelson Batista Martín, Paul Frans Bemelmans e Waldemar Pires de Camargo Filho(1)

1 - INTRODUÇÃO

A estimativa de janeiro de 1991, de que a colheita de grãos no ano agrícola 1990/91 poderá crescer 12% a nível de Brasil e de 15% a 20% a nível do Estado de São Paulo, é alentadora face à expectativa de outra redução que surgira no período de plantio no segundo semestre de 1990.

Porém, sobre a comercialização dessa safra pairam enormes incertezas diante da implantação do Plano Collor II, que inclusive congelou os preços de produtos agrícolas, e da não definição das regras de intervenção governamental no mercado, da correção dos preços mínimos e de recursos para AGF e EGF e respectivas taxas de juros.

Assim, apesar dos esforços dos produtores, poderá ocorrer uma redução dos preços de mercado, afetando drasticamente sua renda, pois necessitarão comercializar rapidamente uma parte substancial da produção, devido aos compromissos financeiros já assumidos. A experiência de outros planos de estabilização econômica, implantados sempre no primeiro semestre, mostra que o setor agrícola tem levado a pior, como ocorreu em 1990. Portanto, somente uma ação imediata do Governo poderá sinalizar a comercialização da

safra, no sentido de que os produtores obtenham os ganhos esperados. É importante considerar que a magnitude do plantio das futuras safras dependerá diretamente dos preços a serem recebidos pelos produtores na atual safra das águas, ainda em andamento.

Quanto à safra da seca, cujo produto mais importante é o feijão, ao lado da batata, cebola, amendoim e tomate (mesa e indústria), o Governo definiu, a partir de 20 de fevereiro, os respectivos VBCs e o Banco do Brasil dispõe de recursos do Governo Federal da ordem de US\$16 bilhões para o custeio, ao lado de Cr\$40 bilhões relativos à disponibilidade obrigatória dos bancos comerciais, em função da elevação dos depósitos à vista, logo após a implantação do Plano Collor II. Apesar dessas decisões recentes, os efeitos da política de congelamento de preços e as incertezas geradas pelo novo plano estão induzindo uma redução na área a ser plantada com as culturas da seca no Estado de São Paulo.

A fim de subsidiar a ação do Governo e do setor privado, especialmente dos produtores agrícolas e suas organizações, é apresentada em seguida uma análise dos cultivos da seca no Estado de São Paulo.

(1) Técnicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- AMENDOIM

- Panorama Internacional

Na temporada 1990/91, a produção mundial de amendoim sem casca deverá atingir 15,37 milhões de toneladas com retração de 1,4% em relação à anterior. Estiagens nas principais regiões produtoras dos Estados Unidos devem reduzir a produção em 9,7% além de perdas qualitativas, a despeito da expansão de área. Na Índia, a diminuição do cultivo, aliada à previsão de menor produtividade, poderá provocar decréscimo de 9,4% na produção, cujo volume deverá corresponder a 4,8 milhões de toneladas. Na China está mantida a expectativa de aumento de 10,8% na produção devendo alcançar 4,1 milhões de toneladas. A Argentina, que embora tenha uma menor participação no volume mundial, vem merecendo destaque pela previsão de aumento de 29,0% em sua produção correspondente a 285 mil toneladas de amendoim sem casca, segundo a Oil World Weekly.

A oferta total de amendoim sem casca, em 1990/91, deverá ter redução de 3,4% e alcançar 15,85 milhões de toneladas em decorrência do estoque inicial (480 mil toneladas) ser o menor dos últimos cinco anos e representar um decréscimo de 41,5% em relação ao volume do ano anterior.

O consumo mundial de amendoim sem casca na forma de alimento, exceto para produção de óleo, deverá totalizar 6,32 milhões de toneladas em 1990/91, ou seja, um decréscimo de 2,6% em comparação ao de 1989/90.

A perspectiva de menor oferta do produto e que atendessem as exigências de qualidade vêm gerando tendência de restrição de cerca de 3% no

consumo do amendoim como alimento, particularmente nos países da Comunidade Econômica Européia (CEE), principal bloco importador, onde é prevista diminuição da ordem de 3,9% nas importações para esta finalidade. Essa escassez na oferta do produto para fins alimentícios provocou uma tendência de alta nos preços, já observada durante o segundo semestre de 1990. De janeiro a dezembro de 1990, o nível de preços do amendoim sem casca comestível norte-americano, em Rotterdam, alcançou em média US\$1.325,50/t contra US\$818/t, no mesmo período de 1989. Dado que o total das importações mundiais de amendoim comestível deverá ser 2,4% menor em 1990/91, provavelmente esta retração deverá limitar uma elevação mais acentuada no mercado internacional.

No decorrer da temporada 1990/91, as exportações mundiais de amendoim sem casca, inclusive para esmagamento, deverão somar 970 mil toneladas, quantidade 5,0% inferior a comercializada no ano passado refletindo a diminuição do excedente exportável dos Estados Unidos, da ordem de 31,0%, uma vez que este país deverá responder pelo segundo maior volume das vendas externas. Contudo, os acréscimos previstos nas exportações da China e da Argentina de 8,3% e de 52,2%, respectivamente, poderão atenuar os efeitos da redução da disponibilidade do produto norte-americano, uma vez que estes dois países deverão responder por 42,0% do volume total exportado.

O estoque final de amendoim sem casca em 1990/91 deverá estar em 430 mil toneladas, ou seja, 10,4% inferior àquele de 1989/90. Considerando-se que esse estoque de passagem deverá ser o menor dos três últimos anos, a confirmação deste volume, as-

sociada à redução da disponibilidade do produto de qualidade superior, deverá contribuir para a estabilidade dos preços, não obstante a previsão de diminuição no consumo mundial.

A oferta mundial de óleo de amendoim deverá somar 3,95 milhões de toneladas em 1990/91 apontando retração de 5,6% em relação a do ano anterior, atribuída à redução tanto na produção como no estoque inicial, de 3,7% e de 24,3%, respectivamente. O consumo mundial, por sua vez, deverá acompanhar a evolução da oferta, posto que as 3,69 milhões de toneladas a serem consumidas em 1990/91 indicam retração de 4,9% em comparação as do ano anterior.

A redução na quantidade de óleo de amendoim a ser consumida no mundo em 1990/91 não deverá ocasionar queda nas suas cotações, devido a previsão de substancial diminuição do estoque final (262 mil toneladas), 14,1% inferior ao de 1989/90. Assim, espera-se que nesta temporada os preços do óleo de amendoim deverão se manter estáveis, possivelmente com tendência de alta, a exemplo do observado em 1990, quando, a despeito da retração da demanda, as elevações nos preços foram sustentados pela diminuição do estoque de passagem. De janeiro a dezembro de 1990, as cotações do óleo alcançaram a média de US\$964/t, CIF Rotterdam, acusando alta de 24,4% em comparação à média de 1989 (quadro 1).

De outubro de 1990 a setembro de 1991, as exportações brasileiras de amendoim (incluindo com casca e sem casca) deverão somar apenas 6,0 mil toneladas, com acréscimo de 20,0% em relação ao mesmo período de 1989/90, segundo a Oil World Weekly.

Saliente-se que, mesmo diante desta previsão de aumento, as exportações brasileiras desta oleaginosa em 1990/91 deverão corresponder a apenas 46,0% do volume de 1985/86, indicando, ainda, a perda de parcela do mercado para países não tradicionais no cultivo deste produto. A perspectiva de redução no consumo mundial associada à

expansão da produção e exportação da Argentina são fatores a serem considerados, uma vez que este país é importante concorrente do Brasil no mercado mundial de amendoim.

Quanto às exportações brasileiras de óleo de amendoim bruto e refinado, a mesma fonte prevê um volume de 13,0 mil toneladas, 8,3% maior que o exportado em 1989/90, devido à previsão de crescimento da produção brasileira de amendoim, dado que as constantes reduções na oferta, além do baixo nível dos preços internacionais, dificultavam esta operação em anos anteriores.

- Situação Interna

Após um período de constantes reduções de cultivo de amendoim no Brasil, a área cultivada na safra das águas em 1989/90 alcançou 62,30 mil hectares, 4,4% maior que a plantada no ano anterior, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entretanto, no Estado de São Paulo, que responde por 90% da produção nacional, a ocorrência de chuvas por ocasião da colheita, principalmente na região de Marília, frustrou a possibilidade de aumento mais significativo no volume produzido, posto que a produtividade da safra das águas paulista foi 7,8% menor que a de 1988/89, além dos danos na qualidade do produto. Diante do fraco desempenho na safra das águas, a área cultivada na seca foi reduzida em 12,7% resultando em produção 11,2% inferior, conforme o Instituto de Economia Agrícola (IEA). Assim, em 1989/90, a produção brasileira de amendoim em casca somou 136,38 mil toneladas (-9,2%), refletindo os problemas ocorridos no principal Estado produtor.

Em 1990/91, o IBGE estima que a área ocupada por amendoim das águas no Brasil deve ser expandida em 8,3% podendo produzir 122,65 mil toneladas. No Estado de São Paulo, as estimativas do IEA para esta safra indicam área de 56,30 mil hectares e produção de

QUADRO 1.- Cotações Internacionais de Óleo de Amendoim, 1988/90

(em US\$/t - CIF - Rotterdam)

Mês	1988	1989	1990
Jan.	540	592	903
Fev.	503	630	933
Mar.	501	746	971
Abr.	515	753	938
Mai.	541	792	919
Jun.	637	802	931
Jul.	769	806	925
Ago.	696	820	963
Set.	649	798	991
Out.	606	813	1.012
Nov.	564	868	1.040
Dez.	563	877	1.038
Média	590	775	964

Fonte: Oil World Weekly.

121,25 mil toneladas, com acréscimos de 7,0% e de 24,4% respectivamente. É importante ressaltar que esta expansão da cultura no Estado deveu-se basicamente ao incremento de 32,5% na área cultivada na DIRA de Ribeirão Preto, visto que em Marília verificou-se redução de 11,9% em relação à do ano passado.

Os preços recebidos pelos produtores de amendoim durante o período imediatamente posterior à entrada do produto da safra da seca em 1990 apresentaram expressivas altas reais sustentadas pela redução da oferta e também por um aumento na demanda, considerado normal para aquela época do ano. Contudo, mesmo durante o pico da comercialização da safra (de junho a agosto/90), os preços reais permaneceram abaixo dos níveis praticados no ano anterior, sugerindo que tais acréscimos foram insuficientes para o produtor obter uma rentabilidade melhor que em 1989 (quadro 2).

As quedas nos preços reais verificadas a partir de setembro/90, (ainda que superiores aos do mesmo período em 1989), em função da existência de estoques junto aos compradores e desaquecimento da procura pela proximidade do verão, embora num período em que quase toda a safra já havia sido comercializada pelo produtor, influenciou na sua tomada de decisão quanto ao plantio da safra das águas de 1990/91 na região de Marília, provocando retração na área cultivada nesta DIRA.

As adversidades climáticas no decorrer do desenvolvimento da safra das águas 1990/91 - estiagem em dezembro/90 e chuvas por ocasião da colheita - devem prejudicar o rendimento a ser obtido podendo ficar abaixo dos 2.154kg/ha estimados pelo IEA, em novembro/90.

Nesta fase inicial de comercialização da safra das águas, o quadro que se observa no mercado não tem sido favorável ao produtor. Enquanto os preços situam-se em torno de Cr\$1.500,00/sc.25kg, os custos opera-

cionais totais (atualizados pelo IGP para janeiro/91) atingem Cr\$1.711,76/sc.25kg na DIRA de Ribeirão Preto, para produtividade de 90sc./ha e alcançam Cr\$2.260,63/sc.25kg na DIRA de Marília para um rendimento de 79sc./ha.

Uma reação mais significativa no nível de preços recebidos pelos produtores poderia se dar à medida que se aproximar o período de entressafra, dado que o aumento da oferta do produto em janeiro e fevereiro tende a rebaixar os preços. Porém, o congelamento determinado pelo último Plano Econômico poderá limitar uma reação mais significativa.

Cabe ressaltar que, desde 1990, o amendoim não integra o rol dos produtos a serem contemplados com Aquisição do Governo Federal (AGF) de acordo com o Programa de Preços Mínimos, passando a contar apenas com o financiamento de comercialização Empréstimos do Governo Federal (EGF), que equivale a Cr\$774,50/sc.25kg, a vigorar a partir de 30/01/91.

Considerando-se que os preços praticados atualmente encontram-se, em média, 34,0% inferiores ao custo de produção total da safra das águas na DIRA de Marília, sinalizando um desempenho econômico bem aquém das expectativas, e que a estimativa de custo operacional total para a safra da seca 1990/91 é de Cr\$1.941,40/sc.25kg (rendimento de 62sc./ha na DIRA de Marília) não deverá ocorrer expansão na área a ser plantada na safra da seca, podendo-se admitir, na melhor das hipóteses, serem mantidos os 15,94 mil hectares cultivados em 1989/90 (quadro 3).

- BATATA

Segundo informações do IBGE (setembro de 1990), a produção brasileira em 1990 foi de 2,24 milhões de toneladas, 5,20% superior a do ano de 1989. Essa produção originou-se do cultivo de 159,2 mil hectares, (área

QUADRO 2.- Preços Médios Mensais de Amendoim Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1988/90
(em Cr\$/sc.25kg)

Mês	Corrente			Real(1)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Jan.	0,41	9,30	95,21	1.382,96	2.405,93	1.039,12
Fev.	0,50	10,95	120,75	1.433,67	2.533,72	767,65
Mar.	0,54	11,61	189,75	1.310,27	2.577,40	665,29
Abr.	0,60	12,09	212,77	1.209,87	2.551,99	670,06
Mai.	0,67	12,40	303,45	1.130,39	2.321,27	876,14
Jun.	1,12	19,85	521,63	1.563,89	2.931,42	1.381,51
Jul.	1,77	20,65	600,96	2.033,50	2.211,66	1.408,79
Ago.	1,92	25,32	759,17	1.794,87	1.986,91	1.575,90
Set.	2,53	29,13	1.072,31	1.880,72	1.645,52	1.992,50
Out.	2,90	34,01	1.164,23	1.689,66	1.375,22	1.894,99
Nov.	3,55	43,72	1.124,96	1.616,31	1.225,35	1.558,99
Dez.	5,08	66,54	1.258,90	1.794,54	1.248,36	1.498,09

(1) Em cruzeiro de janeiro de 1991, deflacionado pelo índice 2, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 3.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Amendoim da Seca, Tração Motomecanizada, DIRA de Marília (produtividade de 62sc.25kg), por Hectare, Estado de São Paulo, Safra 1991

Item	Cr\$		Participação percentual (%)
	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	16.996,80	274,14	14,12
Adubos e corretivo	17.075,00	275,40	14,19
Defensivos	20.825,73	335,90	17,30
Operação de máquinas	29.035,81	468,32	24,12
Outros (1)	20.860,00	336,45	17,33
Custo operacional efetivo	104.793,34	1.690,22	87,06
Depreciação de máquinas	11.905,90	192,03	9,89
Encargos financeiros	3.667,77	59,16	3,05
Custo operacional total	120.367,00	1.941,40	100,00

(1) Refere-se a despesas com semente.
 Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

1,6% maior que a do ano anterior) com produtividade média de 14,0 toneladas por hectare.

No Brasil, os estados maiores produtores são: Minas Gerais, São Paulo e Paraná. As Regiões Sul e Sudeste equivalem a mais de 80% do mercado total brasileiro em produção e consumo.

O abastecimento de batata no Brasil é realizado exclusivamente com produção nacional, distribuída em três cultivos: o primeiro ou das águas, cuja colheita ocorre de novembro a abril, é feito em todas as regiões produtoras brasileiras, e foi responsável por 56% do volume total colhido em 1990 (15% a mais que em 1989). Nesse período, os preços são relativamente baixos (figuras 1 e 2).

O segundo cultivo é o da seca, cujo plantio ocorre de fevereiro a abril e colheita de abril a julho. Em 1990, a produção da safra de seca correspondeu a 30% do total e foi apenas 2% inferior à quantidade produzida no ano anterior. O terceiro cultivo é o de inverno cujo plantio ocorre de maio a julho, sendo sua colheita realizada de agosto a outubro. Esse cultivo foi responsável por cerca de 14% da quantidade produzida em 1990 (13% menor que em 1989).

Como toda solanácea, a batata é sensível a geadas e esta característica determina as regiões tradicionais produtoras no Sudeste, sendo seu cultivo, de fundamental importância na estabilização de preços no trimestre agosto - outubro, realizado somente em São Paulo e Minas Gerais ou em regiões que não estão sujeitas a incidência de geadas.

A detecção de mercúrio em setembro e outubro de 1989 causou prejuízos aos produtores e certa desorganização do mercado fazendo com que a produção de inverno em 1990 fosse 13% menor que em 1989 devido a menor área plantada. Além disso, a ocorrência de geadas nas regiões produtoras, ao final de julho de 1990, atingiram parte da produção provocando diminuição na quantidade ofertada em setembro e ou-

tubro. Essas geadas atingiram principalmente regiões produtoras de batata lisa, utilizadas na fabricação de "chips" e batata palito (congelada), de modo que as indústrias, para manterem suas atividades, provocaram o enxugamento do mercado de batata lisa resultando também na elevação dos preços da batata comum (quadro 4).

Em São Paulo, com uma área cultivada igual a de 1990, a estimativa de produção para a safra das águas em 1990/91, elaborada em novembro de 1990, era de 199.800 toneladas, ou seja, 11% maior que a de 1989/90, baseada numa produtividade média de 20 toneladas por hectare. No entanto, as chuvas de dezembro e janeiro em demasia possivelmente afetarão essa produtividade, devendo a produção retornar ao nível de 1990.

Para a safra da seca em 1991, a conjuntura de produção e de preços se afigura idêntica a de 1990 quando a produção da seca foi 2,0% inferior a produção de 1989 no total brasileiro. Em São Paulo chegou até haver expansão de 7,5% na produção tendo em vista a maior produtividade alcançada. Assim, o desempenho da produção da seca está dependendo da rapidez com que o crédito agrícola será liberado, visto que o ajuste econômico editado em 30 de janeiro influenciou diretamente em sua liberação. Em fevereiro, o volume de recursos a serem aplicados e suas taxas para financiamento da safra da seca não haviam ainda chegado aos bancos.

Por outro lado, o custo de produção também será uma variável que deverá restringir o plantio. O custo de produção calculado na última semana de janeiro e considerando o BTN congelado de 30/01/91 será de 8.496,82 BTNs por hectare ou Cr\$1.035.693,25,00 para uma produtividade de 350sc./60kg/ha, ou seja, um custo médio por saca de Cr\$2.959,12, enquanto o preço recebido pelo produtor era em média de Cr\$3.000,00/sc. O item que mais contribui para esse custo é sementes com 34,28% (quadro 5).

No mercado de batata do Su-

 Mês com abastecimento crítico

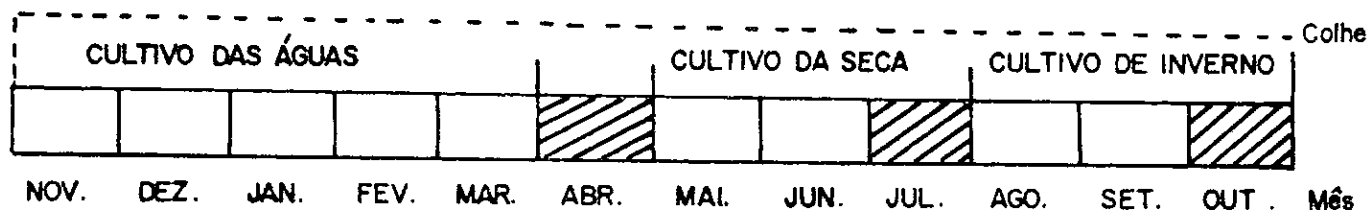


FIGURA 1.- Distribuição da Época de Colheita de Batata no Brasil, Por Cultivo durante o Ano e Meses Críticos no Abastecimento.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

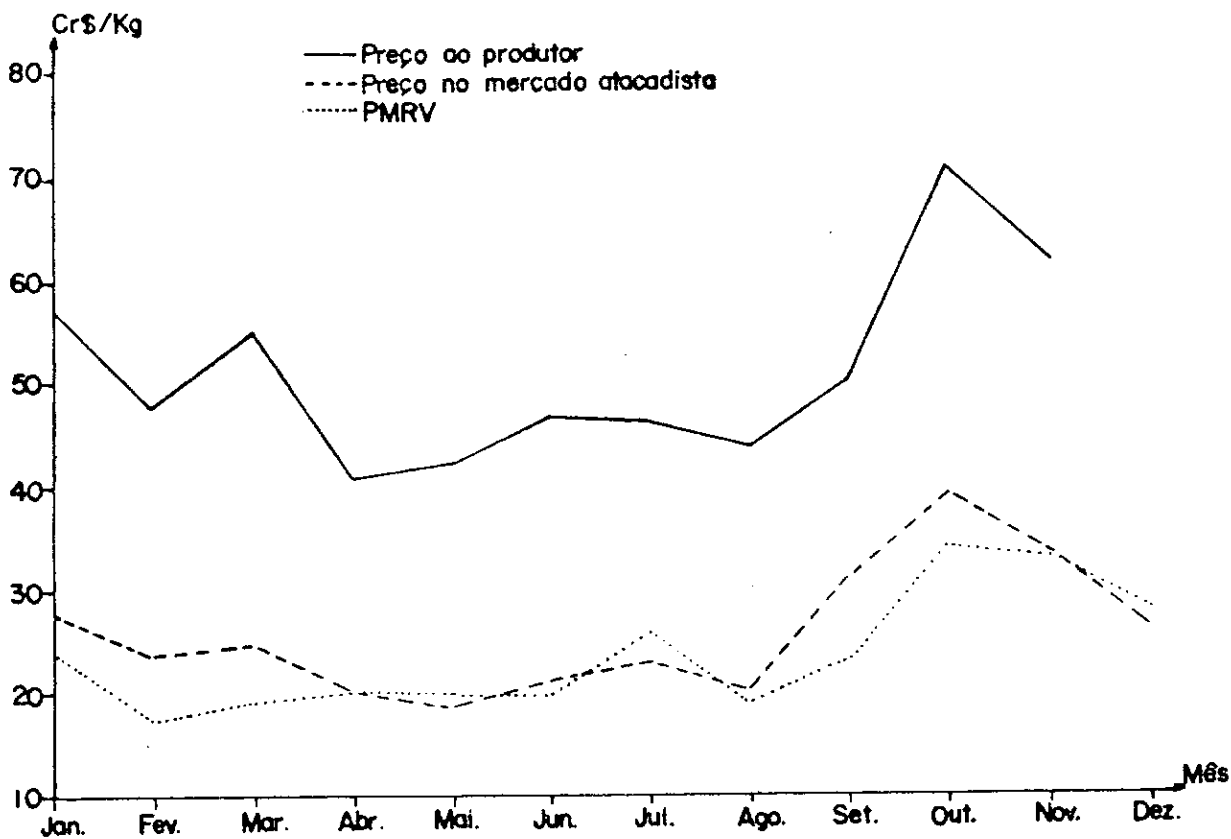


FIGURA 2.- Preços Médios Reais(1) de Batata em Três Níveis de Comercialização no Estado de São Paulo.

(1) Deflacionado pelo Índice de Preços do Consumidor IPC-IBGE. Média 1990 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 4.- Preços Médios Reais de Batata, em Três Níveis de Mercado em São Paulo, 1990(1)

(Cr\$/kg)

Mês	PMRP	PMAT	PMV
Jan.	23,82	27,82	57,00
Fev.	17,50	23,51	47,88
Mar.	19,21	24,80	55,24
Abr.	20,26	20,07	41,08
Mai.	19,98	18,77	42,44
Jun.	19,68	20,97	47,16
Jul.	25,60	22,99	46,39
Ago.	19,07	20,15	44,05
Set.	23,25	30,99	50,41
Out.	34,32	39,33	71,63
Nov.	33,15	33,87	62,69
Dez.	28,20	26,62	50,61
Média	23,67	25,82	51,41

(1) Deflacionado pelo IPC-IBGE. Base: Média/90 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 5.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Batata da Seca, Tração Motomecanizada, Produção de 350sc.60kg, por Hectare, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Cr\$		Participação percentual (%)
	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	24.440,00	69,83	2,36
Sementes	354.992,00	1.014,26	34,28
Adubos e corretivos	195.160,00	557,60	18,84
Defensivos	166.895,00	476,84	16,11
Operação de máquinas	109.155,89	311,87	10,54
Outros (1)	83.300,00	238,00	8,04
Custo operacional efetivo	933.942,89	2.668,41	90,18
Depreciação de máquinas	73.732,07	210,66	7,12
Encargos financeiros	28.018,29	80,05	2,71
Custo operacional total	1.035.693,25	2.959,12	100,00

(1) Refere-se a despesa com sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

deste brasileiro, os menores preços do ano sempre ocorrem em janeiro e dezembro, em virtude da concentração de colheita nesse período e por ser época das festas de fim de ano e de férias, quando há redução na demanda.

Os preços no mercado atacadista de São Paulo e o recebido pelo bataticultor no interior seguem oscilações anuais semelhantes, porém em alguns meses são distintos dadas algumas peculiaridades do mercado, pois para a cidade de São Paulo, o maior centro atacadista do Brasil, afluí parte significativa da produção brasileira para ser redistribuída. Assim, a qualidade média dos tubérculos comercializados na Capital difere daquela do interior, o que às vezes, resulta em preços acima da cotação que se observa na capital. Exemplificando, em junho e setembro quando o produto é escasso, no interior paulista (região de Ibiúna, Tatuí, Itapetininga), os produtores estão colhendo a produção de batata lisa da seca ou de inverno, um produto de melhor qualidade que aquele comercializado na capital onde predomina batata comum e, portanto, os preços ao nível do produtor são mais altos que no atacado.

Em 1990, o preço médio real recebido pelo produtor paulista foi de Cr\$23,67/kg e no mercado atacadista de Cr\$25,82/kg.

Em janeiro de 1991, o preço médio no mercado atacadista foi de Cr\$62,35/kg, ou seja, em termos reais igual ao de dezembro. A esse preço, descontadas as despesas comerciais, o produtor recebeu o equivalente ao custo de produção da safra das águas (Cr\$40,44/kg).

Para o cultivo da seca o custo de produção está estimado em Cr\$91,72/kg. O achatamento de preços em janeiro e dezembro é normal; no entanto, em 1991 ocorreram chuvas intensas em Minas Gerais e Paraná, fazendo com que os preços ficassem mais deprimidos devido a pior qualidade do produto (quadro 5).

Com a normalização climática,

pode-se prever que os preços ao nível de produtor e de atacado, no período fevereiro a abril, deverão se situar acima do observado em janeiro, inclusive para absorver alguns custos que foram aumentados com o tarifação do reajuste econômico editado em 30/01/91. Todavia, a eventual imposição de um tabelamento poderá conturbar ainda mais o mercado, em particular quanto à classificação do produto, provocando maiores dúvidas nos produtores e em nada contribuindo para a regularização dos preços a médio prazo.

- CEBOLA

O abastecimento do mercado nacional com cebola ocorre, predominantemente, com produto brasileiro, sendo as importações esporádicas e ocasionais, apenas como suplemento e em meses específicos.

A produção nacional divide-se em três safras distintas em função das variedades plantadas e dos períodos de colheita. A produção de baía periforme, realizada no Sul e Sudeste, é a maior e de melhor qualidade, e sua colheita se inicia em outubro, prosseguindo até abril.

Esse cultivo é realizado com sementes oriundas do Sul do País e esse cultivar possui maior resistência ao armazenamento, entre outras qualidades. De maneira geral, os preços são relativamente menores nesse período (figura 3).

Entre abril e outubro ocorrem as colheitas de outros dois cultivos, cujo objetivo específico é abastecer o mercado na entressafra do cultivo de muda das baías periformes. No bimestre maio-junho, a produção predominante é originária do cultivo de bulbinhos (ou soqueira), também realizado com baías periformes, através de reprodução vegetativa dos bulbos, na região de Piedade em São Paulo.

O terceiro cultivo, que abas-

tece o País de julho a outubro, é o de cebolas claras precoces, cujas sementes são importadas. Essa produção ocorre acima do Trópico de Capricórnio, dado que é menos exigente a fotoperíodo, no entanto, é mais suscetível a doenças e pragas e de menor resistência ao armazenamento, sendo enviada ao mercado logo após realizada a colheita. As regiões produtoras de claras precoces no Estado de São Paulo concentram-se nos municípios de Monte Alto e São José do Rio Pardo. Na Região Nordeste, o maior produtor é a Bahia e seu cultivo concentra-se na margem direita do Rio São Francisco aos arredores de Casa Nova e Xique-Xique. Em seguida, aparece o Estado de Pernambuco que produz na margem esquerda do Rio entre os municípios de Petrolina e Belém do São Francisco.

A produção brasileira de cebola em 1990 sofreu influência direta dos ajustes econômicos causados pelo Plano Brasil Novo. O atraso na liberação do crédito em fevereiro e março de 1990 fizeram com que ocorresse um atraso no plantio e semeadura dos cultivos de bulbinhos e de claras precoces, respectivamente. Além disso, houve redução da área cultivada o que se refletiu na produção e trouxe sérios reflexos ao abastecimento, prejudicando consumidores e produtores.

No cultivo de bulbinhos na região de Piedade, cujo preparo do solo ocorre em janeiro e fevereiro para colheita em maio-junho, a quantidade produzida (ao redor de 66.570 toneladas) foi 11% inferior a de 1989 (dados do IEA).

A semeadura para o cultivo de claras precoces também atrasou nos Estados de São Paulo, Bahia e Pernambuco. Na Região Nordeste houve diminuição de cerca de 33% na produção. No Estado da Bahia, foram produzidas, em 1990, ao redor de 83.929 toneladas, 22% menos que no ano anterior, enquanto que em Pernambuco a diminuição da produção foi de 11% alcançando apenas 31.660 toneladas, segundo o IBGE. A produção paulista de cebola através do

cultivo de mudas foi praticamente a mesma em 1989 e 1990, ao redor de 200.000 toneladas.

O atraso e diminuição do cultivo de claras precoces no Nordeste e em São Paulo, criou um hiato no abastecimento em junho e julho, provocando exagerado aquecimento no mercado, dando oportunidade a que fossem feitas importações da Argentina, Chile e Espanha, favorecidas por taxas cambiais atrativas naqueles meses (figura 4). Em seguida, com as entradas de claras precoces no mercado baixando os preços até a entrada da produção de baía periforme no quarto trimestre, os preços recebidos pelos produtores ficaram abaixo do custo de produção no Sul e Sudeste. As chuvas em dezembro proporcionaram algumas perdas o que possibilitou equilíbrio no mercado em janeiro, porém ainda com preços deprimidos (quadro 6 e figura 4).

As baixas cotações foram ocasionadas não só pela concentração da colheita de cebolas claras de agosto a novembro mas também pela maior quantidade (32%) produzida no Sul, em virtude da expansão da área cultivada provocada pelos aumentos de preços de cebola em junho e julho, época da semeadura nessa região.

O maior acréscimo de área cultivada (12%) ocorreu em Santa Catarina proporcionando aumento de 48% na quantidade produzida que, segundo o IBGE, foi de 306.529 toneladas para um total de 480.156 toneladas, o que deverá garantir o abastecimento nacional até abril de 1991, através de estoques.

No entanto, com o reajuste econômico em 30 de janeiro de 1991, provavelmente as produções de bulbinhos e claras precoces irão ocorrer novamente com atrasos e até com pequena diminuição de área cultivada, em virtude da demora na liberação do crédito de custeio nas atividades.

O custo de produção da cebola baía periforme em Piedade, baseado em levantamento realizado em julho de 1990, foi de 8.029 BTN's para a produ-

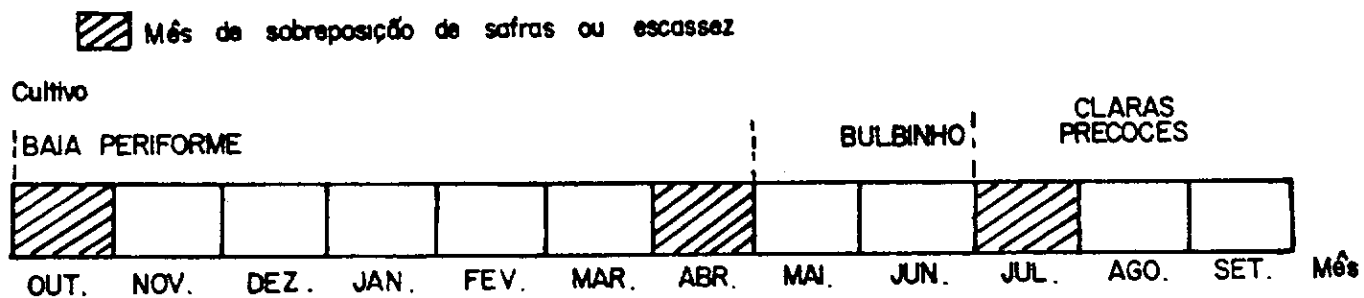


FIGURA 3.- Abastecimento de Cebola no Brasil por Cultivo Durante o Ano.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

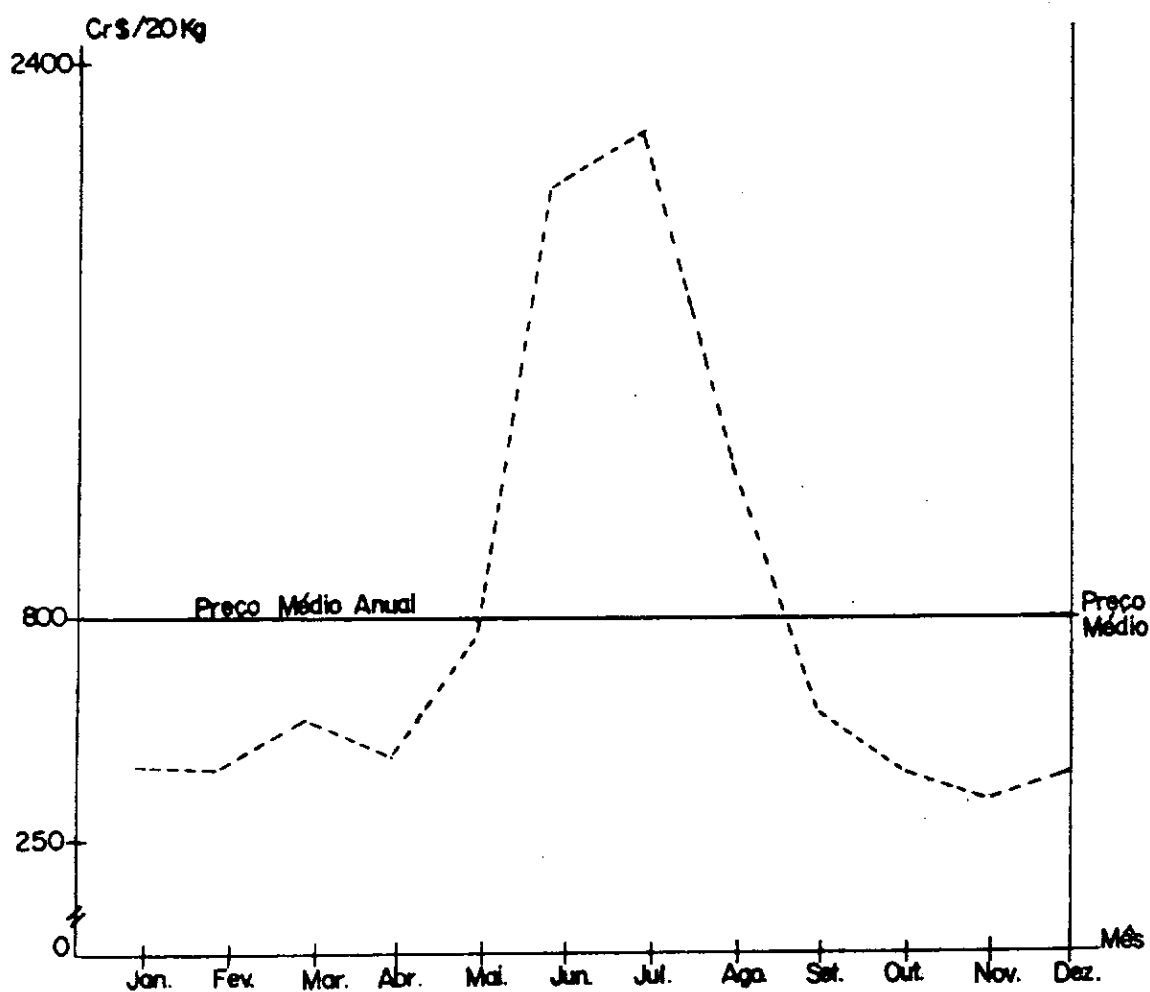


FIGURA 4.- Preços Médios Mensais Reais(1) de Cebola no Mercado Atacadista de São Paulo em 1990.

(1) Deflacionado pelo IGP-IBGE.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 6.- Preços de Cebola no Mercado Atacadista de São Paulo em 1990

(em Cr\$/sc.20kg) (1)

Mês	Preço Nominal	Preço Real(2)
Jan.	61,90	377,00
Fev.	104,00	366,00
Mar.	268,50	512,80
Abr.	291,67	385,00
Mai.	608,87	742,82
Jun.	1.955,00	2.189,60
Jul.	2.330,00	2.306,70
Ago.	1.411,00	1.241,68
Set.	678,22	529,01
Out.	486,00	335,34
Nov.	424,67	250,58
Dez.	680,33	340,17
Janeiro 1991	1.378,60	592,80
30 de janeiro de 1994	1.500,00	645,00

(1) A partir de março em Cr\$/sc., janeiro e fevereiro em cruzado novo.

(2) Deflacionado pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

tividade média de 20 toneladas por hectare. Em dezembro de 1990 (BTN de Cr\$88,39), o custo atualizado seria de Cr\$35,50/kg. No entanto, o cebolicultor recebeu em média Cr\$18,00/kg, arcando com prejuízos que dificultarão a reposição de peças e máquinas na sua atividade produtiva, desestimulando o cultivo em 1991.

Observe-se que em janeiro de 1991, o preço no atacado em São Paulo aumentou em virtude de perdas na produção catarinense e retenção de estoques, atingindo em média Cr\$1.378,60/sc.20kg, ou seja, Cr\$68,93/kg de bulbo. A esse preço o produtor catarinense recebia o equivalente ao custo de produção mais pequena margem de lucro. No entanto, em 30 de janeiro de 1991, quando o preço do bulbo no mercado atacadista estava ao redor de Cr\$1.500,00/sc. de 20kg (Cr\$75,00/kg), a cotação em Ituporanga e Alfredo Wagner (principais pólos produtores catarinenses) girava na faixa de Cr\$30,00/kg a Cr\$40,00/kg. Em fevereiro, o cebolicultor sulista, que está retendo estoques, pede em média Cr\$50,00/kg o que, após o beneficiamento, transporte, carga, descarga e despesas financeiras, exige como custo em São Paulo ao redor Cr\$2.000,00/sc. 20kg ou Cr\$100,00/kg no mercado atacadista.

Dessa maneira, existe um desabastecimento momentâneo de cebola dado o impasse de custos de comercialização oriundos do plano editado em 30/01/91. Todavia, o mercado deverá operar nessa faixa de cotação.

O que se pode prever para 1991 é que até abril o abastecimento será garantido com os estoques do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, porém com alguns acertos pelo lado do produtor ou pelo lado do nível de tabelamento imposto pelo plano, inclusive para absorver o impacto do tarifaço.

Após abril, quando o suprimento do mercado se dará com cebola de bulbinho cujo cultivo está se iniciando, provavelmente haverá um aquecimento do mercado, mas em grau menor do que

foi em 1990. Também haverá atraso e até pequena diminuição na produção como reflexo da morosidade com que o crédito está sendo liberado e até pelo aumento na estimativa do custo de produção que ao final de janeiro de 1991 era de Cr\$648.734,18/hectare para uma produtividade de 20 toneladas/hectare, ou seja, um custo médio de Cr\$32,44/kg (quadro 7).

- FEIJÃO DA SECA

- Situação Interna

Para o produtor de feijão no Estado de São Paulo, os preços médios recebidos em 1990 foram bastante desfavoráveis, comparando-se com os obtidos nos três anos anteriores. O preço médio mensal recebido em 1990 foi de Cr\$4.837,60/sc.60kg de feijão cariocinha em valores de dezembro de 1990, enquanto que 1989 apresentou a excelente média mensal de Cr\$8.075,45/sc. (quadro 8). Em 1988, quando a produção brasileira de feijão foi a maior desde 1982/83, o IEA registrou no Estado de São Paulo o preço médio de Cr\$6.062,86/sc. (também corrigido em valor de dezembro de 1990) pago ao produtor, ou seja, 25,3% acima do resultado obtido em 1990 (quadro 9).

A produção brasileira de feijão (cores e preto) regrediu de 2,75 milhões de toneladas em 1987/88 para 2,39 milhões de toneladas em 1988/89, segundo a Divisão de Avaliação de Safras (DISAF) da Companhia Nacional de Abastecimento (CNA), conduzindo o nível de suprimento (estoque inicial mais produção e importação) a apenas 76,7 mil toneladas acima dos 2,6 milhões de toneladas estimados para consumo. Essa queda de produção, concomitante com o reduzido estoque do Governo Federal (AGF) e do fracasso da safra no Nordeste, que deveria reforçar o abastecimento de feijão em São Paulo, maior centro consumidor, no período

QUADRO 7.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cebola de Bulbinho (produção de 100sc.20kg), Tração Motomecanizada, por Hectare, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, Safra 1991

Item	Cr\$		Participação percentual (%)
	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	104.195,00	104,20	16,06
Adubos e corretivo	145.895,60	145,90	22,49
Defensivos	99.945,50	99,95	15,41
Operação de máquinas	132.096,07	132,10	20,36
Colheita empreitada	1.493,75	1,49	0,23
Outros (1)	40.105,00	40,11	6,18
Outros (2)	60.000,00	60,00	9,25
Custo operacional efetivo	583.730,92	583,73	89,98
Depreciação de máquinas	38.735,37	38,74	5,97
Encargos financeiros	26.267,89	26,27	4,05
Custo operacional total	648.734,18	648,73	100,00

(1) Refere-se a despesas com canteiro de bulbinhos.

(2) Refere-se a despesas com sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 8.- Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores de Feijão, Estado de São Paulo, 1987-90
(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	Corrente				Real(1)			
	1987	1988	1989	1990	1987	1988	1989	1990
Jan.	0,40	1,68	30,96	575,22	6.218,90	4.705,08	6.730,18	5.275,56
Fev.	0,39	2,23	33,94	711,65	5.313,48	5.372,44	6.599,01	3.801,83
Mar.	0,54	3,38	37,13	1.539,29	6.398,15	6.891,30	6.926,45	4.535,28
Abr.	0,82	3,91	48,33	1.858,26	8.091,06	6.625,02	8.572,54	4.917,76
Mai.	1,28	4,06	75,27	2.052,55	9.899,38	5.756,18	11.840,28	4.980,02
Jun.	1,46	4,98	133,42	2.494,34	9.093,44	5.843,20	16.556,40	5.551,37
Jul.	1,44	5,54	132,22	2.789,07	8.092,64	5.348,32	11.899,71	5.494,29
Ago.	1,34	6,27	131,49	2.596,85	7.206,45	4.925,49	8.670,76	4.529,91
Set.	1,44	8,14	128,68	2.930,26	7.169,41	5.084,72	6.108,22	4.575,48
Out.	1,53	14,68	122,45	3.938,69	6.853,46	7.187,38	4.160,70	5.387,32
Nov.	1,66	18,39	217,25	4.215,00	6.496,21	7.035,87	5.116,54	4.908,59
Dez.	1,60	26,88	236,25	4.093,82	5.402,87	7.979,28	3.724,62	4.093,82
Média	1,16	8,35	110,62	2.482,92	7.186,29	6.062,86	8.075,45	4.837,60

(1) A preço de dezembro/90, deflacionado pelo Índice 2 da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 9.- Estimativa de Suprimento de Feijão no Brasil, 1980/81 a 1990/91

(em 1.000t)

Safr	Oferta			Suprimento	Demanda			Estoque de passagem
	Estoque inicial(1)	Produção	Importação		Consumo	Excedente	Exportação	
1980/81	22,0	2.407,0	5,6	2.434,6	2.414,1	20,5	0,0	20,5
1981/82	20,5	3.097,6	3,5	3.121,6	2.459,5	662,1	6,6	655,5
1982/83	655,5	1.654,7	3,7	2.313,9	2.076,6	237,3	14,9	222,4
1983/84	222,4	2.616,1	60,5	2.899,0	2.723,5	175,5	5,6	169,9
1984/85	169,1	2.534,7	15,3	2.719,9	2.378,2	341,7	9,7	332,0
1985/86	332,0	2.244,8	95,0	2.671,8	2.400,0	271,8	4,6	267,2
1986/87	267,2	2.108,0	35,0	2.410,2	2.300,0	110,2	3,9	106,3
1987/88	106,3	2.752,0	10,0	2.868,3	2.600,0	268,3	3,0	265,3
1988/89	265,3	2.386,4	25,0	2.676,7	2.600,0	76,7	0,0	76,7
1989/90	76,7	2.339,9	40,0	2.456,6	2.340,0	116,1	0,0	116,1
1990/91(2)	116,1	2.606,1	0,0	2.722,2	2.500,0	222,2	0,0	222,2

(1) Início em 1 de novembro.

(2) Dados preliminares.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CNA).

do de entressafra paulista, foram os principais responsáveis pela escalada dos preços em 1989.

Com uma nova queda de produção na safra 1989/90 e um suprimento abaixo do nível de consumo verificado nos dois anos anteriores, esperava-se que os produtores de feijão teriam a oportunidade de auferir bons lucros em 1990. Porém, com a implantação, em março do "Plano Collor", com a imposição de tabelamento e/ou congelamento de preços ao nível de varejo, associado ao arrocho salarial que reduziu o poder aquisitivo da população, a demanda e o consumo de feijão reduziram-se drasticamente ajustando-se ao mesmo nível da quantidade produzida. Com o estoque final da safra 1988/89 mais as importações realizadas em 1990 (30 mil toneladas de feijão preto e 10 mil toneladas de feijão de cores), o quadro de oferta global (suprimento) passou a indicar poucas possibilidades de falta ou escassez de produto, eliminando ou restringindo as pressões de aumentos ou recomposições de preços exigidos pelos produtores.

Se para os produtores do Estado de São Paulo, o cultivo do feijão não se apresentou como atividade das mais rentáveis em 1989/90, para os produtores de outras regiões o panorama de comercialização mostrou-se constrangedor, uma vez que, devido à indisponibilidade dos recursos governamentais, não houve qualquer contratação de Empréstimos do Governo Federal (EGF), resultando em vendas quase sempre em valores abaixo do preço mínimo de garantia, uma vez que o transporte do produto para as regiões consumidoras incorrem em altos custos, difíceis de serem repassados para os níveis de atacado e varejo, restando aos produtores mais esse encargo.

A colheita de feijão das águas (primeira safra 1990/91) continua em andamento nas Regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste e indica que a produção final atingirá 1,1 milhão de toneladas, repetindo, assim, a quantidade obtida na primeira safra 1989/90.

Enquanto isso, em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, os produtores estão em fase de conclusão do plantio de feijão da seca, correspondente à segunda safra 1990/91.

A tendência do cultivo do feijão da seca é a de superar a importância da safra das águas, uma vez que seu ciclo ocorre em período em que as condições climáticas são menos adversas, proporcionando melhor produtividade. Entretanto, a alteração das regras da política agrícola em pleno andamento da segunda safra de 1989/90 inibiu essa tendência passando a ser o principal responsável pela drástica redução de 16,6% na área colhida, em relação a 1988/89 (quadro 10).

No Estado de São Paulo, os reflexos de uma política agrícola desastrosa também foram sentidos, uma vez que, de uma propensão de plantio de 162 mil hectares em 1990, baseada na média de área plantada no período 1987-89, foram plantados apenas 105,6 mil hectares, indicando uma redução de área de 28,8% em relação ao ano anterior e de 34,8% em relação à intenção de plantio (quadro 11).

- Perspectivas

Para a safra 1990/91 de feijão da seca, as perspectivas continuam desalentadoras. Apesar da necessidade de o Governo estimular o desenvolvimento da cultura do feijão, produto de consumo popular, nada está sendo feito nesse sentido. O acesso ao crédito rural só é permitido aos bons e tradicionais clientes bancários, enquanto que a maioria dos produtores ficam aguardando os recursos oficiais que nunca aparecem e ninguém sabe onde se encontram.

Por outro lado, quando os recursos são alocados, o produtor fica numa situação de impasse, pois ou os mesmos são insuficientes, ou os encargos financeiros são muito onerosos e proibitivos.

A política de comercialização também tem sido desastrosa em todos os

QUADRO 10.- Área Colhida, Produção e Rendimento da Cultura do Feijão da Seca nos Principais Estados Produtores, Brasil, 1987/88 a 1989/90

Estado	Área (1.000 ha)			Produção (1.000 ha)			Rendimento(kg/ha)			Participação média (%)	
	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90	Área	Produção
São Paulo	178,2	140,0	105,6	153,0	109,2	85,2	859	780	807	6,2	11,0
Bahia	380,8	365,0	254,6	160,7	123,9	72,0	422	339	283	14,6	11,3
Minas Gerais	379,1	251,4	247,6	139,1	103,3	133,1	499	411	533	12,8	11,9
Paraíba	328,7	337,0	206,7	109,9	103,8	49,6	334	308	232	12,8	8,3
Goiás	139,8	104,3	148,6	52,3	43,3	81,4	374	415	548	5,7	5,6
Santa Catarina	110,6	114,9	122,9	49,5	82,2	74,2	448	716	604	5,1	6,5
Espírito Santo	47,7	48,7	46,8	42,5	37,3	34,8	891	766	744	2,2	3,6
Mato Grosso	69,9	62,0	59,4	30,2	35,4	28,0	433	570	471	2,8	3,0
Pernambuco	275,4	325,4	231,0	72,0	89,3	69,9	261	274	303	12,2	7,3
Rondônia	101,3	122,1	120,8	60,5	75,8	73,2	597	621	606	5,0	6,6
Outros	470,6	504,4	436,4	319,4	235,4	230,3	679	467	528	20,6	24,9
Brasil	2.482,1	2.375,2	1.980,4	1.189,1	1.038,9	931,7	479	437	470	100,0	100,0

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 11.- Área, Produção e Rendimento da Cultura de Feijão da Seca, Estado de São Paulo, 1988-90

DIRA	Área (1.000 ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Registro	7,93	6,70	2,90	6,00	4,20	1,80	757	627	621
S. José dos Campos	5,70	5,50	4,00	4,80	3,90	3,30	842	709	825
Sorocaba	127,90	100,80	70,85	114,00	76,20	60,00	891	756	847
Campinas	9,40	9,20	5,92	9,00	7,80	6,00	957	848	1.014
Ribeirão Preto	2,54	1,60	1,87	3,00	1,20	2,10	1.181	750	1.123
Bauru	1,98	1,40	1,07	1,50	0,90	0,90	758	643	841
S.J. do Rio Preto	6,07	3,90	3,42	5,10	2,40	2,40	840	615	702
Araçatuba	5,33	9,80	8,52	4,20	4,80	4,80	788	490	563
Presidente Prudente	5,15	4,50	3,24	3,00	2,10	2,10	583	467	648
Marília	6,20	4,80	3,76	2,40	2,10	1,80	387	438	478
Estado	178,20	148,20	105,55	153,00	105,60	85,20	859	713	807

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

aspectos. O tabelamento de feijão ao nível de varejo em nada contribui para a normalização do abastecimento. Ao contrário, o produtor passará a se preocupar menos com a qualidade do produto, o que prejudica o consumidor, que terá mais dificuldades para encontrar feijão de boa classificação. A não realização das operações de EGF e AGF, conforme os preceitos de Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), também tem seus reflexos negativos pois induz à assunção de prejuízos por parte dos produtores, que responderão com diminuição ou abandono da atividade, resultando em desajustes no suprimento interno e em vergonhosa dependência do mercado internacional.

Apesar de todos esses fatores negativos, no Estado de São Paulo, onde os efeitos da intervenção do Governo Federal é menor, pois os sistemas de comercialização são mais eficientes, espera-se um incremento de aproximadamente 37% na área plantada de feijão da seca (145.000 hectares) em relação a do ano anterior (105.550 hectares). Todavia esse aumento relativo de área não deve ser interpretado de maneira otimista, pois a melhor referência para comparação seria com a área de 169.400 hectares plantados na primeira safra 1990/91 (feijão das águas). Neste caso, se configura uma retração de 14,4% de área plantada com feijão, o que comprova o desalento e o elevado grau de incerteza entre a classe produtora. Quanto a produtividade, que em 1990 foi de 807kg/ha, melhores condições climáticas poderão compensar a quase certa redução que se esperaria pela menor utilização de insumos devido seus elevados custos.

O custo de produção, calculado pelo Instituto de Economia Agrícola para a cultura de feijão da seca safra 1990/91, foi estimado em 853,95 BTN por hectare, tecnologia motomecanizada e produtividade de 1.320kg/ha, em valores da segunda quinzena de janeiro. Atualizado, para início de fevereiro,

o custo estimado atinge Cr\$4.924,77/sc. (quadro 12).

No período em que foi realizado o levantamento dos valores dos coeficientes técnicos (custo operacional e exigência física de fatores de produção), o produtor estava recebendo em média Cr\$5.200,00/sc.60kg de feijão carioquinha, o que correspondia a um acréscimo de apenas 16% sobre o custo operacional total estimado.

Após a divulgação do "Plano Collor II", com imposição de "tarifaço" sobre diversos insumos essenciais à agricultura, o custo operacional total poderá elevar-se a mais de 1.000 BTNs por hectare e Cr\$5.766,40/sc., o que certamente comprometerá a rentabilidade do produtor de feijão, uma vez que o tabelamento ao nível de varejo elimina qualquer possibilidade de repasse de preços para compensar o aumento dos custos.

Para fevereiro, o preço mínimo de garantia foi congelado em Cr\$5.667,00/sc., o que praticamente equivale ao custo operacional de produção, enquanto os produtores estão recebendo em torno de Cr\$6.200,00/sc., com uma margem de apenas 8% sobre o custo operacional.

Portanto, é com essas informações que o produtor está tomando decisão de plantio, o que se refletirá numa menor área cultivada na safra de seca em relação à das águas, tal como já aconteceu em 1990, invertendo a tendência no Estado de ser plantada uma área cerca de 35% maior na seca que nas águas, (média da década de 80).

Assim, dada a lentidão dos Ministérios da Agricultura e da Economia, Fazenda e Planejamento em implementar medidas visando a oferta de crédito de custeio e alterações nos preços tabelados, dificilmente decisões tomadas de agora em diante influenciarão a produção de feijão da seca, podendo afetar também as decisões de plantio da safra de inverno

QUADRO 12.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Feijão da Seca, Tração Motomecanizada, Por Hectare, Produção de 22sc.60kg, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, Safra 1991

Item	Cr\$		BTN (1)	Participação percentual por sacco
	Por hectare	Por sacco	Por hectare	
Mão-de-obra	11.984,60	544,75	102,63	12,02
Aubos e corretivos	28.739,96	1.306,36	246,12	28,82
Defensivos	18.764,41	852,93	160,69	18,82
Operação de máquinas	14.500,63	659,12	124,18	14,54
Outros (2)	17.457,50	793,52	149,50	17,51
Custo operacional efetivo	91.447,10	4.156,69	783,12	91,71
Depreciação de máquinas	5.984,16	225,82	51,25	6,00
Encargos financeiros	2.286,10	86,27	19,58	2,29
Custo operacional total	99.717,43	4.468,77	853,95	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de janeiro de 1991 = Cr\$116,7723.

(2) Sacaria e semente.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

que se iniciará a partir de maio.

- TOMATE

- Tomate Envarado

A estimativa do levantamento final da safra do IEA/CATI indicou redução de 19,3% na área de cultivo em 1990 comparada com a de 1989 (de 7.500 hectares para 6.050 hectares). A produção diminuiu 20,9%, (de 356,0 mil toneladas para 281,5 mil toneladas), e a produtividade 2,1% (de 47.467kg/ha para 46.529kg/ha) (quadro 13).

Além da diminuição na área de cultivo verificado na DIRA de Sorocaba (-22,7%) os problemas climáticos de excesso de chuvas e de altas temperaturas no início de 1990 prejudicaram o desenvolvimento das plantas e a frutificação, sendo ofertados no mercado paulistano produtos de qualidade inferior (apenas 25% do volume comercializado correspondeu aos frutos de boa qualidade), o que resultou numa média de preços relativamente baixos até abril, quando se verificou término de safra. Portanto, poucos tomaticultores obtiveram lucro com a atividade (quadro 14).

Na implantação do Plano Econômico Brasil Novo, durante uma semana ocorreram quedas nas vendas, apenas sendo comercializados produtos de boa qualidade, a preços estabilizados, não apresentando declínio como ocorreu com a maioria de hortaliças. O preço congelado pelo Governo Federal em 16/03/90 foi liberado em 09/04/90 ao nível de atacado, e ao nível de varejo em 01/05/90.

Também na DIRA de Campinas foi verificada redução na área de plantio de tomate (-22,4%), em vista dos preços baixos praticados nos primeiros meses de 1990, dos fatores climáticos desfavoráveis à produção e da falta de recursos financeiros, (financiamento e bloqueio de cruzados).

Em maio, com a queda de temperatura e a ocorrência de geada preta a cultura sofreu uma queima com consequente diminuição das entradas no ETSP e elevação de preços. Esse quadro foi acentuado com as transferências do produto para Curitiba e Porto Alegre, apesar da participação de tomate rasteiro (10% a 15% do mercado). Durante o período de colheita na DIRA de Campinas predominaram no mercado produtos de média qualidade, correspondendo a 60% do total e ocorreram transferências do produto também para os estados do Norte-Nordeste. Com isso, os preços mantiveram-se altos até meados de setembro, em vista também das perdas provocadas pela queda de temperatura em junho e geadas no final de julho e começo de agosto. O tomate de variedade rasteira teve participação significativa de 30% a 40% do total comercializado de julho a setembro e de 15% a 20% em outubro.

Na região de Sumaré, Itu, Salto, Conchal, Aguaí e Monte-Mor foram efetuados plantios em julho e agosto, em vista dos níveis de preços nesse período, iniciando-se a colheita em outubro. Entretanto, as altas temperaturas nas últimas semanas desse mês aceleraram a maturação dos frutos, que passaram a ser de qualidade inferior, provocando declínio brusco dos preços, ainda mais, com a participação no mercado de produtos originários dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e de tomate de variedade rasteira.

Em novembro e dezembro, o excessivo calor provocou uma concentração da colheita (na DIRA de Campinas em término de safra e no início na DIRA de Sorocaba) e continuaram a predominar no mercado produtos de péssima qualidade ao mesmo tempo que ocorria queda na demanda, o que resultou em significativa diminuição de preços, inviabilizando a comercialização do produto, e abandono das lavouras pelos tomaticultores.

Em janeiro de 1991, a entrada do produto na CEAGESP oriundo da DIRA

QUADRO 13.- Área, Produção e Produtividade da Cultura de Tomate, Estado de São Paulo, 1986-90

Ano	Tomate rasteiro - Estado de São Paulo			Tomate envarado - Estado de São Paulo			Tomate - Brasil		
	Área (ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Área (ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Área (ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)
1986	9.360	320,0	34,2	7.120	407,4	57,2	51.481	1.838,3	35,7
1987	8.940	320,0	35,8	8.140	404,2(1)	49,6	57.619	2.043,2	35,5
1988	8.700	295,6	34,0	7.800	333,8	42,7	62.875	2.406,8	38,3
1989	9.370	329,1	35,1	7.500	356,0	47,5	60.955	2.275,7	37,3
1990	8.260	297,4	36,0	6.050	281,5	46,5	56.662(2)	2.132,0(2)	37,6(2)

(1) O peso da caixa de 28kg passou a ser considerado de 25kg a partir de 1987 no cálculo da produção em toneladas.

(2) Estimativa de setembro de 1990.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) para São Paulo e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Brasil.

QUADRO 14.- Preço e Quantidade de Tomate Comercializado no Entrepasto Terminal de São Paulo, Janeiro de 1989 a Janeiro de 1991

Mês	Quantidade (cx.25kg)	Preço corrente (Cr\$/cx.25kg)	Preço real(1)
1989			
Janeiro	872.290	8,96	2.336,80
Fevereiro	894.354	12,50	2.914,55
Março	983.862	21,83	4.884,83
Abril	752.441	17,80	3.785,92
Maió	927.447	16,16	3.049,49
Junho	1.013.515	9,86	1.468,00
Julho	965.240	7,44	802,95
Agosto	1.130.923	10,28	812,94
Setembro	929.984	33,49	1.906,79
Outubro	951.577	51,88	2.114,14
Novembro	862.812	69,98	1.976,70
Dezembro	823.123	70,31	1.329,44
1990			
Janeiro	831.162	168,64	1.854,97
Fevereiro	968.053	165,47	1.060,20
Março	1.115.466	286,27	1.011,57
Abril	1.043.632	291,00	923,63
Maió	802.696	939,37	2.733,47
Junho	876.628	1.249,78	3.335,91
Julho	861.992	1.447,17	3.419,08
Agosto	811.551	1.598,74	3.344,72
Setembro	748.082	1.461,78	2.737,48
Outubro	940.164	1.101,34	1.526,24
Novembro	1.006.643	860,30	1.192,20
Dezembro	914.716	1.091,21	1.298,54
1991			
Janeiro(2)	1.075.251	1.059,42	1.059,42

(1) Deflacionado pelo Índice Geral de Preços (coluna 2), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

(2) Dados preliminares.

Fonte: Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

de Sorocaba em período de safra (com término previsto para maio) foi menor que em dezembro, porém o nível de preço foi baixo devido à retração na demanda. O preço máximo para os produtos do tipo Extra AA oscilaram de Cr\$800,00/caixa a Cr\$1.500,00/caixa, enquanto o custo estimado pelo IEA para tomate envarado na região de Sorocaba em janeiro era de Cr\$986,06/caixa para uma produtividade de 2.089 caixa/ha (quadro 15). O custo de transporte da região Sul-Sudoeste do Estado até o mercado paulistano variou de Cr\$130,00/caixa a Cr\$180,00/caixa e o custo de descarga foi de Cr\$16,00/caixa, devendo-se ainda considerar pelo menos 15% de comissão nas vendas e 2,5% de FUNRURAL, de modo que a atividade não se mostrou rentável aos produtores.

O excesso de chuvas desde a segunda quinzena de janeiro de 1991 tem prejudicado a produção de hortaliças de modo geral, no Estado de São Paulo, bem como em Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde a produção de tomate encontra-se em fase de colheita. Ocorre também diminuição na produção nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (onde realizam colheita de janeiro a março), devido à estiagem verificada em dezembro e janeiro. Face a essas diminuições na oferta ocorreu aumento de preço (Cr\$1.800,00/caixa a Cr\$2.000,00/caixa Tipo Extra AA). Apesar dessa alta, tornou-se pouco atrativa ao tomaticultor a comercialização do produto, devido aos aumentos dos custos de produção e de comercialização, entre os quais o de transporte (de Cr\$180,00/caixa a Cr\$220,00/caixa).

Na DIRA de Campinas (Campinas, Elias Fausto, Monte-Mor, Sumaré, Itu, Salto e Mogi-Mirim), os produtores estimulados com os resultados obtidos em 1990 aumentaram a área de plantio, antecipando o período de cultivo, com concentração em janeiro (início da colheita previsto para março) na tentativa de evitar a superposição de safras, da variedade rasteira e da de outros estados: Rio de

Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais.

Todavia, a colheita da DIRA de Campinas deverá se sobrepor à de Sorocaba em abril e maio (com término previsto em maio) provocando queda acentuada dos preços, desconsiderando-se os efeitos de fatores climáticos ou tabelamento de preços.

Em 26/12/90 foi baixada a Portaria no. 306, do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, que aprova a norma de embalagens para acondicionamento, manuseio, transporte, armazenagem e comercialização de produtos hortícolas, vigorando esta Portaria a partir de 01/01/91 e estabelece o prazo de adequação das embalagens até 31/08/91. Para o tomate de mesa, foram padronizados três tipos de embalagens, sendo duas de madeira e uma de papelão ondulado.

- Tomate Rasteiro

O levantamento final de safra 1989/90, efetuado em novembro de 1990 pelo IEA e CATI, mostra que ocorreu diminuição de 11,8% na área plantada no Estado de São Paulo (9,37 mil hectares em 1989 para 8,26 mil hectares em 1990). Essa redução na área de plantio pode ser explicada pelos problemas climáticos (estiagem e excesso de chuvas) verificados no início do ano e altas temperaturas em março, abril e primeira quinzena de maio.

A produção sofreu queda de 9,6% (de 329,10 mil toneladas em 1989 para 297,40 mil toneladas em 1990). A produtividade registrada foi de 36.005kg/ha indicando pequeno aumento de 2,5%, quando comparada com a de 1989 (35.123kg/ha), apesar das perdas em torno de 10% da produção total, provocada pela ocorrência de geada no final de julho.

Há informações de que a indústria atingiu apenas perto de 70% da aquisição de matéria-prima pretendida em função de vários fatores. A grande

QUADRO 15.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Tomate Envarado, Produção de 15.000 pés, 2.089 caixas, por Hectare, Tração Motomecanizada, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, Safra 1991

Item	Cr\$		Participação percentual (%)
	Por hectare	Por caixa	
Mão-de-obra	477.420,00	228,54	23,18
Aubos e corretivo	423.803,54	202,87	20,57
Defensivos	207.917,14	99,53	10,09
Operação de máquinas	196.351,65	93,99	9,53
Outros (1)	5.678,72	2,72	0,28
Outros (2)	491.210,00	235,14	23,85
Custo operacional efetivo	1.802.381,04	862,80	87,50
Depreciação de máquinas	203.418,37	97,38	9,88
Encargos financeiros	54.071,43	25,88	2,62
Custo operacional total	2.059.870,84	986,06	100,00

(1) Refere-se a despesas com semente.

(2) Refere-se a despesas com copinhos, arame, fita plástica, estacas, mourões e caixas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

incerteza econômica do País e a existência de elevados estoques, provindos de importações efetuadas desde dezembro de 1989, fizeram com que a indústria retardasse as negociações de preços para a safra de 1990. Na reunião do Comitê de Agroindústria, realizada em 06/02/90, foi proposto pela indústria o preço correspondente a 100 BTN/tonelada de tomate contra o preço pleiteado de 135 BTN/tonelada pelos tomaticultores. Todavia, o preço estabelecido em março de 1990 pelas firmas esmagadoras foi de Cr\$3.920,00/tonelada, ou seja, o correspondente a 132,7 BTN ou US\$104,97 por tonelada que corrigidos para valores de janeiro de 1991 resultariam respectivamente em Cr\$14.004,32/tonelada e Cr\$20.285,00 (quadro 16). No entanto, os plantios sob contrato que, normalmente, têm início em fevereiro não foram efetuados até abril devido ao confisco de cruzados e suspensão dos financiamentos bancários de custeio pela implantação do Plano Econômico Brasil Novo. Portanto, os plantios contratados foram efetuados em maior parte em maio e junho.

Ademais, a significativa alta de preço ocorrida na CEAGESP para tomate de mesa no final de abril e início de maio estimulou os produtores a desviarem parte do produto colhido nesse período para o mercado, em detrimento da indústria. Em maio, os preços do produto para consumo in natura giraram em torno de Cr\$700,00/caixa de 23kg, enquanto que o preço pago pela indústria esteve em torno de Cr\$120,00/caixa/kg de tomate. Essa venda prolongou-se até outubro quando os preços do mercado não eram mais compensadores para os tomaticultores. As informações são de que o volume de tomate desviado foi ao redor de 30% da produção total, principalmente no período de julho a setembro.

Outrossim, no Nordeste brasileiro constatou-se redução na área de cultivo em torno de 50% em relação a 1989, face à seleção natural dos produtores, permanecendo somente aqueles

em condições de conduzir economicamente a cultura. Porém, em 1990, ainda não se verificou o esperado aumento na produtividade devido ter prosseguido a infestação de traças. Para o controle desse inseto apenas foi elaborado estudo sobre o estabelecimento de calendário agrícola objetivando o disciplinamento do plantio.

Da mesma forma como ocorreu em 1990, também em 1991, a indústria deve possuir estoques, devido à retração da demanda observada no mercado interno, e que deverão atender ao consumo no período de entressafra. Quanto aos plantios a situação econômica do País tem gerado grande incerteza ao setor, não havendo nenhuma definição por parte da indústria, o que aliada à falta de recursos para financiamento do custeio tem se constituído em fator de desestímulo aos tomaticultores.

Admitindo-se que o preço de importação de polpa de tomate com 32º Brix da Argentina ou do Chile tenha oscilado de US\$950 a US\$1.100/tonelada na origem e agregando-se todas as despesas de importação, o custo com ICM incluso, deverá ter chegado de US\$1.600/tonelada a US\$1.800/tonelada para a indústria. Considerando-se que o custo médio de polpa importada seja correspondente ao custo de processamento a partir de matéria-prima nacional brasileira, o preço pago ao tomaticultor deveria ter sido em torno de US\$113,00/tonelada. Entretanto, em 1990, a estimativa do preço médio mensal pago aos tomaticultores na lavoura variou de US\$77,15 a US\$112,52/tonelada.

Em 1991, cálculos preliminares do produto paulista, a partir de uma estimativa de custo de produção de matéria-prima, referente à segunda quinzena de janeiro de 1991, pressupondo uma produtividade de 40,472kg, atingem Cr\$15.694,00/hectare que acrescido de lucratividade de 30%, mostram que o preço a ser pago ao tomaticultor poderá estar ao redor de US\$105,61/tonelada (quadro 17).

Em 1990 com abertura da eco-

QUADRO 16.- Estimativa de Preços Pagos, pela Indústria, aos Produtores de Tomate Rasteiro, Estado de São Paulo, Março de 1990 a Novembro de 1990

Mês/ano	Preço médio corrente (Cr\$/t)	BTN/t (1)	US\$/t (2)
mar./90	3.920,00	132,7	104,97
abr./90	4.540,00	108,8	94,84
mai./90	5.200,00	124,6	99,64
jun./90	6.200,00	141,0	108,41
jul./90	7.200,00	149,4	108,23
ago./90	7.700,00	144,2	107,31
set./90	8.500,00	143,9	112,52
out./90	9.000,00	135,0	94,57
nov./90	9.500,00	125,4	77,15

(1) Foram considerados os BTNs correspondentes aos meses.

(2) Foram considerados os dólares correspondentes aos meses.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Suma Econômica, janeiro 1991.

QUADRO 17. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura do Tomate Rasteiro Irrigado, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 40.472kg, Estado de São Paulo, Safra 1991

Item	Cr\$		Participação percentual (%)
	Por hectare	Por tonelada	
Mão-de-obra	31.845,00	786,84	5,01
Aubos e corretivo	115.935,06	2.864,57	18,25
Defensivos	209.355,10	5.172,84	32,96
Operação de máquinas	85.731,38	2.118,29	13,50
Colheita empreitada	62.965,00	1.555,77	9,91
Outros (1)	20.570,68	508,27	3,24
Custo operacional efetivo	526.402,22	13.006,58	82,88
Depreciação de máquinas	41.325,56	1.021,09	6,51
Encargos financeiros	15.792,07	390,20	2,49
Outros (2)	51.654,38	1.276,30	8,13
Custo operacional total	635.174,23	15.694,16	100,00

(1) Refere-se a despesas com semente.

(2) Refere-se a despesas com arrendamento, despesas gerais, PROAGRO e assistência técnica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

nomia, houve muitas importações de produtos alimentícios, tais como queijo, vinhos, alho, cebola, além da polpa de tomate, devido à taxa de câmbio extremamente favorável em certos períodos o que não significa que ocorrerá o mesmo neste ano. Essa importação trouxe sérias preocupações aos agricultores brasileiros, que se sentiram prejudicados e desestimulados na atividade, de tal sorte que os mesmos deverão tomar melhor conhecimento da situação internacional do mercado para tomada de decisões e eventuais negociações no Comitê de Agroindústria.

Na reunião do Comitê, realizada em 19/02/91, foi proposto pela indústria o preço de Cr\$15,84/kg de tomate posto fábrica, que corresponde a US\$71,79/t a câmbio de 19/02/91, enquanto os tomaticultores alegaram que aceitariam esse preço na roça para discussão. A próxima reunião foi marcada para 05/03/91, quando será estudado pelos produtores o preço de frete a ser praticado na comercialização de tomate.

Em Petrolina, na reunião realizada em 15/01/91 foi oferecido pela indústria o preço de Cr\$11,35/kg de tomate (Cr\$9,87/kg com acréscimo de 15% de frete) correspondente a US\$59,73/t posto fábrica. No entanto, foi pleiteado o preço FOB de Cr\$14.359,23/t e preço CIF de Cr\$16.513,11. Não havendo acordo foi marcada reunião para 26/02/91.

Por outro lado, a política de redução de custos da indústria de processamento não deverá recair sobre os tomaticultores tendo em vista que a participação do custo de matéria-prima não atinge 15% do preço final do produto. Ademais, a indústria poderá correr o risco de ficar parada e com equipamento ocioso, pois, se houver condições, o segmento varejista poderá efetuar importações de derivados de tomate, o que representam importante papel nas empresa e em sua imagem junto ao público.

Face à instabilidade climática no Estado de São Paulo, com aumento

do risco de produção de tomate, outras regiões do País estão surgindo como zonas de produção: no Cerrado do Estado de Goiás (Goiânia, Brasília e Cristalina) e do Estado de Minas Gerais (Triângulo Mineiro abrangendo: Patos de Minas, São Gotardo e Unai e Vale do Jaíba), onde se obtêm produtos a custo mais acessível, devido à estabilidade do clima durante o ano.